



2º Simulado Especial

# TRF 6

**Cargo 23: Analista Judiciário - Área Judiciária**  
Pós-Edital

# Simulado

2º Simulado Especial TRF-6 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRF-6**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/XAgeSV7uucoEjMaQ6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/zYhE>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

Perguntaram-me uma vez se eu saberia calcular o Brasil daqui a vinte e cinco anos. Nem daqui a vinte e cinco minutos, quanto mais vinte e cinco anos. Mas a impressão-desejo é a de que num futuro não muito remoto talvez compreendamos que os movimentos caóticos atuais já eram os primeiros passos afinando-se e orquestrando-se para uma situação econômica mais digna de um homem, de uma mulher, de uma criança. E isso porque o povo já tem dado mostras de ter maior maturidade política do que a grande maioria dos políticos, e é quem um dia terminará liderando os líderes. Daqui a vinte e cinco anos o povo terá falado muito mais.

Mas se não sei prever, posso pelo menos desejar. Posso intensamente desejar que o problema mais urgente se resolva: o da fome. Muitíssimo mais depressa, porém, do que em vinte e cinco anos, porque não há mais tempo de esperar: milhares de homens, mulheres e crianças são verdadeiros moribundos ambulantes que tecnicamente deviam estar internados em hospitais para subnutridos. Tal é a miséria, que se justificaria ser decretado estado de prontidão, como diante de calamidade pública. Só que é pior: a fome é a nossa endemia, já está fazendo parte orgânica do corpo e da alma. E, na maioria das vezes, quando se descrevem as características físicas, morais e mentais de um brasileiro, não se nota que na verdade se estão descrevendo os sintomas físicos, morais e mentais da fome. Os líderes que tiverem como meta a solução econômica do problema da comida serão tão abençoados por nós como, em comparação, o mundo abençoará os que descobrirem a cura do câncer.

LISPECTOR, C. A descoberta do mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 33.

**Acerca de aspectos linguísticos e dos sentidos do texto, julgue os itens que se seguem.**

**01.** O maior desejo da autora é a eliminação da fome no Brasil

**02.** Infere-se da leitura do texto que, daqui a vinte e cinco anos, os líderes podem ser liderados pelo povo.

**03.** No trecho “quando se descrevem as características físicas, morais e mentais de um brasileiro” (2º parágrafo) o pronome “se” indica que o sujeito dessa forma verbal é indeterminado.

**04.** A correção gramatical e o sentido do texto “Daqui a vinte e cinco anos” seriam mantidas se a expressão “e isso porque”, no trecho “**E isso porque** o povo já tem dado mostras de ter maior maturidade política” (1º parágrafo) fosse substituído por **de modo que**.

**05.** No trecho “Daqui a vinte e cinco anos o povo terá falado muito mais.” (1º parágrafo), com o emprego da locução verbal “terá falado” exprime-se a anterioridade de uma ação em relação a outra no passado.

**06.** Uma forma correta de reescrita do trecho “Muitíssimo mais depressa, porém, do que em vinte e cinco anos, porque não há mais tempo de esperar” (2º parágrafo) é a seguinte: **Entretanto, muitíssimo mais depressa do que em vinte e cinco anos, afinal, não há mais tempo de esperar.**

**07.** A autora emprega recursos do tipo textual dissertativo-argumentativo para explicar o problema da fome no Brasil

**08.** O vocábulo “que”, no trecho “Tal é a miséria, que se justificaria ser decretado estado de prontidão, como diante de calamidade pública.” (2º parágrafo), inicia uma oração com ideia de consequência.

**Acerca de aspectos linguísticos, julgue os itens que se seguem.**

- 09.** Está correta a concordância em “A maior parte dos candidatos foi aprovada”.
- 10.** Em “**Para** os pais, ele continuava sendo uma criança”, o conectivo destacado traz ideia de finalidade.
- 11.** Os sentidos e a correção gramatical do trecho seriam preservados caso o trecho “estar ligado a sintomas” fosse reescrito da seguinte forma: **estar relacionado à sintomas**.
- 12.** No trecho “A verdade do que se anunciara”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.
- 13.** No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, a segunda vírgula tem a finalidade de marcar o sentido restritivo da oração iniciada pelo vocábulo “que”.
- 14.** No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, poderia ser reescrita, sem alteração de sentido, da seguinte forma: **Todos querem que as oportunidades sejam principalmente mais iguais**.
- 15.** No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, o vocábulo “que” introduz uma oração com valor substantivo.
- 16.** Em “nomes de atores e equipes premiados”, a substituição de “premiados” por **premiadas** não resultaria em erro gramatical, mas alteraria o sentido, uma vez que a concordância passaria a ser estabelecida somente com o termo “equipes”.
- 17.** Em “Esse diz respeito a um dos planos de recuperação fiscal implementados na última década”, a substituição do trecho “diz respeito a” por **trata-se de** manteria a correção gramatical.
- 18.** O emprego das vírgulas que isolam o vocábulo ‘portanto’ em “Ele será, portanto, entregue às autoridades” justifica-se pela posição dessa palavra na oração em que se insere.
- 19.** Em “A violência a que a população está submetida afasta o turismo”, o emprego da preposição “a” justifica-se pela regência do termo “submetida”.
- 20.** No trecho “A vida, esse emaranhado de curvas e retas, proporciona ótimas histórias”, as vírgulas poderiam ser substituídas por travessões, mantendo a correção gramatical.

## **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

*Tiago Zanolla*

- 21.** O servidor público pode omitir ou alterar informações caso isso seja necessário para proteger os interesses da Administração Pública ou evitar conflitos com a sociedade.
- 22.** A cortesia, o cuidado e o zelo no serviço público são dispensáveis, uma vez que a eficiência do servidor não depende de boas práticas de atendimento e sim exclusivamente do cumprimento legal de suas funções.
- 23.** A solidariedade não pode se sobrepor à ética e à responsabilidade de zelar pela legalidade e moralidade no serviço público.



**24.** A lei é um conjunto de normas impostas pelo Estado, enquanto a ética é uma construção de valores morais e sociais que orientam a conduta humana.

**25.** Entender as diferenças existentes entre os dilemas éticos e práticas violentas, que infelizmente permeiam as organizações, são aspectos fundamentais para o desenvolvimento do pluralismo e da diversidade que se deseja, bem como dos esforços que devem ser despendidos para minimizar práticas nocivas às pessoas e às organizações.

Assim, a atitude de um superior, que adota como rotina não repassar o trabalho a uma funcionária, gerando sentimento de inutilidade, como também, com a mesma frequência, ignora sua presença ou a despreza, seja através de brincadeiras de mau gosto, deboche ou uso de palavras irônicas, caracteriza atitude antiética e assédio moral.

### ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

*Rodrigo Bet*

**Tendo por base a Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens 26 a 28 a seguir.**

**26.** O ato de improbidade administrativa exige a comprovação da responsabilidade subjetiva dolosa.

**27.** A improbidade administrativa em atos que violam os princípios da administração pública somente será configurada quando for comprovado que o agente público, em sua conduta, teve a intenção de obter proveito ou benefício indevido para si, para terceiros ou para alguma entidade.

**28.** A prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração

pública pode resultar na proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios fiscais pelo prazo de até 12 anos.

**29.** No processo administrativo federal, veda-se a cobrança de encargos financeiros aos interessados, independentemente de eventual autorização legal que disponha em sentido contrário.

**30.** Nos termos da Lei nº 9.784/1999, o recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias, salvo disposição legal diversa, sendo vedado efeito suspensivo aos recursos interpostos.

### RACIOCÍNIO ANALÍTICO

*Eduardo Mocellin*

Com relação a raciocínio analítico e argumentação, julgue os itens **31 a 38** a seguir:

**31.** A frase “Não posso beber álcool porque sou evangélico” constitui um argumento que tem uma premissa não formulada.

**32.** O raciocínio “Todo animal é um ser vivo. Logo, todo ser vivo é um animal” é válido.

**33.** O texto que se segue ilustra um raciocínio dedutivo.

“Na segunda-feira, ocorreu uma forte chuva e as principais avenidas da cidade ficaram congestionadas. Na quinta-feira, em uma manhã chuvosa, o trânsito ficou ainda mais caótico, com congestionamentos que pararam o fluxo de veículos em várias ruas centrais. No sábado, após uma leve chuva, o tráfego também ficou muito congestionado nas saídas da cidade. Logo, em dias chuvosos, o trânsito tende a ficar congestionado.”

34. O texto que se segue ilustra um raciocínio por indução.

“No último verão, uma plantação de girassóis em uma fazenda não floresceu como de costume. Os agricultores prepararam o solo com antecedência, usaram as mesmas sementes certificadas e os fertilizantes habituais, além de seguir o cronograma de irrigação regular. Apesar disso, muitos insetos foram vistos nas folhas e nos caules das plantas. Assim, é plausível supor que uma praga tenha prejudicado o cultivo.”

35. O argumento a seguir é uma falácia formal.

“Quem não tem cão, caça com gato.

Não caço com gato.

Logo, tenho cão.”

36. O diálogo a seguir apresenta um raciocínio falacioso.

- Deputado A: “Devemos aprovar essa lei agora. Se não fizermos isso, a vida de todos ficará ainda mais difícil com o agravamento da crise econômica.”

- Deputado B: “Concordo, se não agirmos imediatamente, as dificuldades só aumentarão.”

37. No texto a seguir, o raciocínio é baseado em uma falácia denominada falsa analogia.

“A empresa deveria adotar um sistema de monitoramento semelhante ao usado em escolas, onde professores estão sempre vigiando os alunos. Se esse tipo de controle funciona para manter a ordem nas escolas, certamente será eficaz para aumentar a produtividade e organização no ambiente de trabalho.”

38. No texto a seguir, tem-se um exemplo de apelo popular.

“Em uma reunião com os seus professores da escola, um aluno pediu a eles que fossem mais flexíveis com as suas avaliações, alegando que, sem boas

notas, ele perderia a chance de conquistar uma bolsa de estudos.”

## **NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE**

*Lilian Novakoski*

**Sobre a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais e entendimentos do STF sobre a temática, julgue:**

39. Os direitos humanos de segunda dimensão estão inseridos em um contexto de maior intervenção do Estado, visando atenuar as diferenças sociais.

40. Os direitos humanos são irrenunciáveis, de modo que podem até deixar de ser exercidos por seus titulares, os quais, no entanto, jamais podem renunciar a tais direitos.

41. Impor como legal o direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais, viola do direito de liberdade de expressão e informação.

**Sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos, julgue as assertivas:**

42. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 e todos os direitos e liberdades estabelecidos na DUDH são universais e aplicam-se igualmente a todas as pessoas, sem distinção de raça, gênero, religião ou nacionalidade.

**Sobre regras de acessibilidade e Direitos das Pessoas com deficiência, tendo por base as Leis 13.146/2015, Lei 10.98/2000 e 10.048/2000, julgue**

**43.** O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reconhece as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos em igualdade de condições com as demais pessoas, promovendo sua autonomia e inclusão.

**44.** A Lei nº 10.048/2000 determina que a prioridade de atendimento deve ser garantida exclusivamente às pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção.

**45.** Marilene, pessoa com deficiência, solicitou a disponibilização de tecnologia assistiva para que pudesse realizar suas atividades laborais, o que foi recusado por seu superior. Nesta situação hipotética, a simples recusa à oferta de adaptações razoáveis e de tecnologias assistivas à pessoa com deficiência é considerada discriminação.

**REGIMENTO INTERNO**

*Tiago Zanolla*

**46.** No âmbito do TRF6, o julgamento de *habeas corpus*, recursos em *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção, conflitos de competência, exceções de impedimento e de suspeição e embargos de declaração independem de pauta.

**47.** Conforme o Regimento Interno do TRF 6, ao Relator incumbe redigir o acórdão em caso de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência, quando as suas razões forem adotadas pela maioria, ainda que não haja divergência quanto ao resultado do julgamento;

**48.** A 1ª Seção é especializada em matéria de previdência social e benefícios assistenciais, matéria penal, tributária, de improbidade administrativa, de servidores públicos e concursos públicos.

**49.** O Núcleo de Apoio ao Primeiro Grau e Projetos Especiais será coordenado pelo Vice-Presidente do Tribunal.

**50.** É incabível sustentação oral no julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Rodrigo Bet*

**51.** O princípio da Sindicabilidade estabelece que todos os atos administrativos estão sujeitos a controle judicial, independentemente de sua natureza.

**52.** Os princípios da Autotutela e da Sindicabilidade, embora distintos, possuem relação no contexto do controle dos atos administrativos.

**53.** A presunção de que os atos administrativos são editados em conformidade com o ordenamento jurídico é *juris et de jure*.

**54.** O poder discricionário permite que a Administração Pública revogue atos administrativos válidos que se tornem inconvenientes ou inoportunos, desde que respeitados os direitos adquiridos.

**55.** Ilustra o exercício do poder disciplinar a aplicação de uma advertência a um servidor público por descumprimento de suas obrigações funcionais.

**56.** Os aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, ao serem investidos nos respectivos cargos efetivos para os quais foram nomeados, somente alcançarão estabilidade após três anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação especial.

**57.** Uma licitação pública realizada nos termos da Lei nº 14.133/2021, destinada à execução de qualquer obra pública, exigirá, obrigatoriamente, a apresentação de uma matriz de riscos no contrato, contendo a alocação de responsabilidades entre as partes quanto a eventos supervenientes à contratação.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Adriane Fauth*

**58.** A educação básica em todas as suas fases – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata.

**59.** Testemunhas de Jeová, quando maiores e capazes, têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa. Contudo, em respeito a igualdade não fazem jus aos procedimentos alternativos disponíveis no Sistema Único de Saúde – SUS.

**60.** O número de funcionários ou o porte da instituição não podem ser utilizados como critérios

para a constituição de sindicatos de micro e pequenas empresas.

**61.** A servidora pública ou a trabalhadora regida pela CLT não gestante em união homoafetiva têm direito ao gozo da licença-maternidade. Caso a companheira tenha usufruído do benefício, fará jus a período de afastamento idêntico ao da companheira.

**62.** A condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, implica na suspensão dos direitos políticos, o que por sua vez impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, independentemente da infração penal praticada.

**63.** Foi aprovada, no estado Beta, a Lei n. 123/2024, que proibia o uso da linguagem neutra nas instituições de ensino e nos editais de concursos públicos.

Tal lei deve ser considerada constitucional, uma vez que é competência concorrente entre a União e os Estados legislar sobre educação.

**64.** Rosa, juíza atuante no primeiro grau de jurisdição no Estado Alfa, e Maria, juíza atuante no primeiro grau de jurisdição no Estado Beta, tinham a intenção de realizar uma permuta.

De acordo com o texto constitucional essa permuta não seria admitida, considerando que são magistradas em atuação no território de estados diferentes.



**DIREITO CIVIL***Mário Godoy*

- 65.** Dívida de jogo contraída por brasileiro em cassino situado no exterior pode ser cobrada no Brasil, sem que ocorra qualquer ofensa à ordem pública, aos bons costumes e à soberania nacional.
- 66.** São nulos os negócios firmados por aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- 67.** Para efeito de desconsideração da personalidade jurídica, considera-se desvio de finalidade a transferência de ativos e passivos para o nome da pessoa jurídica, sem que haja efetivas contraprestações.
- 68.** Invalidam os negócios jurídicos as condições impossíveis, quando resolutivas.
- 69.** Com relação à cessão de crédito, o cedente não responde pela solvência do devedor, salvo estipulação em contrário.
- 70.** Com a vigência da Lei da Liberdade Econômica, a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.
- 71.** A embriaguez do segurado não exime a seguradora do pagamento da indenização prevista em contrato de seguro de vida.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL***Ricardo Torques*

- 72.** O organismo internacional X propôs ação em desfavor de pessoa domiciliada e residente em Montes Claros - MG. Após a instrução probatória, o juízo federal de 1º grau julgou improcedente a demanda. Devidamente intimado da sentença, o organismo internacional X interpôs recurso da referida sentença.
- A respeito desse caso hipotético, julgue o item que se segue.
- Será cabível apelação a ser julgada pelo Tribunal Regional Federal.
- 73.** O organismo internacional X propôs ação em desfavor de pessoa domiciliada e residente em Montes Claros - MG. Após a instrução probatória, o juízo federal de 1º grau julgou improcedente a demanda. Devidamente intimado da sentença, o organismo internacional X interpôs recurso da referida sentença.
- A respeito desse caso hipotético, julgue o item que se segue.
- A competência para o julgamento da referida ação, de fato, é da justiça federal.
- 74.** Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas à tutela provisória.
- A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.
- 75.** Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o item subsequente.
- O peticionamento nos autos por advogado destituído de poderes especiais para receber citação configura comparecimento espontâneo apto a suprir tal necessidade.

**76.** Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue o item subsequente.

O terceiro juridicamente interessado tem legitimidade para ajuizar a ação declaratória de nulidade (querela *nullitatis insanabilis*) sempre que houver algum vício insanável na sentença transitada em julgado.

**77.** Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a responsabilidade patrimonial na execução, julgue o item seguinte.

O espólio responde pelas dívidas do falecido antes e depois da partilha.

**78.** Considerando o disposto na Lei 4.717/1965 que regula a ação popular, julgue o item subsequente.

Qualquer pessoa capaz e maior de 18 anos será parte legítima para ajuizar ação popular.

## DIREITO PENAL

*Renan Araújo*

### Texto-base para os itens 79 a 81:

Situação hipotética: Cláudio sabia que Karina possuía processo tramitando na 01ª Vara Federal da Seção Judiciária de Juiz de Fora-MG. Assim, solicitou a Karina a quantia de R\$ 20.000,00 a pretexto de poder influenciar o Juiz da causa, Marcelo, a fim de que este viesse a proferir sentença favorável. Cláudio alegou que o valor seria igualmente repartido entre ele e o Juiz. Todavia, Cláudio sequer conhecia o Juiz Marcelo, e pretendia apenas enganar Karina a fim de obter vantagem indevida. Karina, porém, não aceitou a proposta e não efetuou qualquer pagamento a Cláudio.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

**79.** Assertiva: Cláudio praticou o crime de exploração de prestígio, em sua forma consumada.

**80.** Assertiva: a pena de Cláudio deverá ser aumentada em um terço.

**81.** Assertiva: caso Karina tivesse efetuado o pagamento solicitado por Cláudio, deveria responder pelo mesmo crime deste, de acordo com a teoria monista.

**82.** Acerca das penas, julgue o item a seguir:

Sérgio, reincidente em crime doloso, mas portador de circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado pela prática do crime de extorsão a uma pena de 04 anos de reclusão e multa.

Considerando a situação hipotética, julgue o item a seguir:

Nesse caso, poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

**83.** Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

A oferta de vantagem indevida a empregado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a fim de que este não pratique ato de ofício, não configura o crime de corrupção ativa, pois os empregados da OAB não são equiparados a funcionários públicos para fins penais.

**84.** Sobre os crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

A importação não autorizada de cigarros configura o crime de contrabando, sendo, portanto, vedada a aplicação do princípio da insignificância.

**85.** Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

Nos crimes patrimoniais, quando cometidos contra as instituições financeiras e os prestadores de serviço de segurança privada, as penas serão duplicadas.

## LEGISLAÇÃO PENAL

*Antônio Pequeno*

Em relação aos crimes de abuso de autoridade, julgue os itens 86 a 87

**86.** A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública condicionada à representação.

**87.** A perda do cargo público e a inabilitação temporária para o exercício de função pública são efeitos automáticos da condenação.

**88.** Julgue o item abaixo de acordo com o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10826/2003) e o entendimento dos Tribunais superiores.

Os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento são crimes de perigo concreto.

**89.** Segundo a Lei nº 8.072/1990, com suas alterações, é considerado hediondo o seguinte crime, consumado ou tentado:

O crime de sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 (dezoito) anos (art. 148, § 1º, inciso IV)

**90.** De acordo com o que dispõem a Lei nº 9605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais), julgue o item seguinte.

Não é considerado crime ambiental o abate de animal para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória de animais, desde que tal procedimento seja legal e expressamente autorizado pela autoridade competente.

**91.** Com base na Lei nº 9.455/1997 (Lei de Tortura) julgue o item a seguir.

Lei Federal nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura, permite a aplicação de penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade ou pagamento de multas, para os condenados por

atos de tortura, caso sejam réus primários e apresentem bom comportamento durante o processo judicial. Por exemplo, um agente de segurança condenado por tortura poderia ser sentenciado a cumprir pena alternativa em vez de reclusão, se fosse a primeira vez que cometesse o crime.

**92.** Julgue o seguinte item, com base no disposto nos Estatutos da Criança e do Adolescente.

A venda de qualquer tipo de fogos de estampido e de artifício, sem exceção, configura crime previsto no Estatuto da Criança ou a Adolescente.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

*Priscila Silveira*

**93.** Em relação às disposições preliminares do Código de Processo Penal, julgue os itens subsequentes.

No caso de investigado solto, o juiz das garantias poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, a duração do inquérito por até 15 dias, após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será imediatamente relaxada.

**94.** Sobre o inquérito policial, julgue os itens a seguir.

Estando o indiciado em liberdade, deverá ser concluído o inquérito policial em 30 dias.

**95.** De acordo às características da ação penal, julgue o item a seguir.

A ação penal privada, diferente da ação penal pública, rege-se pelo princípio da indivisibilidade.

**96.** Em relação a fiança, julgue o item a seguir.

Há quebra da fiança quando o réu praticar nova infração penal, dolosa ou culposa.

**97.** No processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos a resposta preliminar deve ser realizada no prazo de 15 dias a contar do recebimento da notificação pelo acusado.

**98.** De acordo com o tema *habeas corpus* e recursos, julgue os seguintes itens.

A apelação da sentença absolutória não impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade, salvo quando se tratar de réu reincidente.

**99.** Segundo o Código de processo penal, no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri. Ademais, nos casos de concurso de jurisdições de mesma categoria, preponderará a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Fernando Maurício*

**100.** A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

**101.** A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir:

Configura aumento de tributo, e assim se submete ao Princípio da Anterioridade, a redução ou extinção de desconto legalmente previsto no caso de pagamento antecipado de tributo.

**102.** A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir:

A redução de benefício fiscal é considerada como aumento indireto de tributo, se submetendo, desta forma, ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

**103.** A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, no que se refere às Imunidades, julgue o item a seguir:

Segundo a Constituição Federal é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que sejam atendidos os requisitos da lei.

**104.** A respeito da Competência Tributária, julgue o item a seguir:

Conforme dispõe a Constituição Federal, a competência para legislar sobre Direito Tributário é concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

**105.** Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito de Legislação Tributária, julgue o item a seguir:

Interpreta-se de maneira literal a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou extinção do crédito tributário.

**106.** Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Obrigação Tributária, julgue o item a seguir:

Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, subroga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO***Rubens Maurício*

**107.** Julgue o item a seguir, constituído de situação hipotética seguida de uma assertiva a ser considerada referente ao Regime Geral de Previdência Social.

Abelardo, com a intenção de fazer uma brincadeira com Ismael, seu colega de trabalho, colocou uma casca de banana no caminho de Ismael, durante o horário de expediente. Ismael pisou na casca de banana, escorregou e caiu no chão, ferindo a cabeça e tendo ficado afastado do trabalho por dez dias, em decorrência da lesão sofrida.

Nessa situação, o acidente sofrido por Ismael não é caracterizado como acidente de trabalho, pois não se relaciona às atividades profissionais de Ismael.

**108.** Em relação aos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos servidores públicos, podemos afirmar que a contribuição da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos RPPS a que estejam vinculados seus servidores deverá ser igual ao valor da contribuição do servidor ativo.

**109.** A respeito da contagem recíproca de tempo de contribuição, julgue o item a seguir.

Ao trabalhador que exerça concomitantemente atividade remunerada vinculada ao regime geral de previdência social (RGPS) e outra vinculada a regime próprio de previdência social (RPPS) é admitida a contagem recíproca de tempo de contribuição.

**110.** Consoante as normas vigentes do ordenamento jurídico brasileiro sobre os planos de previdência complementar patrocinados por entidades públicas, podemos afirmar que a contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios, em hipótese alguma, excederá a do participante. Já o aporte de recursos pelos participantes da previdência complementar, a título de contribuição facultativa, não implica obrigação do patrocinador de realizar uma contrapartida.

**111.** Com base na Lei n.º 12.618/2012, que dispõe sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, podemos afirmar que a estrutura organizacional da Funpresp-Jud será constituída de conselho deliberativo, conselho fiscal e conselho de administração.

**112.** A Reforma da Previdência aprovada em novembro de 2019, por meio da Emenda Constitucional nº 103, estabeleceu algumas regras importantes para o Regime Geral de Previdência Social, como a fixação da pensão por morte em 100% do valor da aposentadoria do falecido para famílias com pelo menos cinco dependentes ou com qualquer número de dependentes, na hipótese de haver dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

**113.** Conforme a Constituição Federal de 1988, nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, exceto para a criação de programas assistenciais voltados para crianças e adolescentes carentes.



**DIREITO AMBIENTAL***André Rocha*

**114.** No Brasil, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre Direito Ambiental Constitucional, julgue a assertiva a seguir.

Atividades cruéis com animais somente são permitidas em se tratando de práticas desportivas que sejam manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

**115.** A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938/1981, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana,.

Sobre a PNMA, julgue o item a seguir.

A servidão ambiental é um instrumento econômico da PNMA que não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.

O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Sobre licenciamento ambiental, EIA/RIMA e a Resolução Conama nº 237/1997, julgue os itens 116 e 117.

**116.** O estudo de impacto ambiental deve realizado por equipe multidisciplinar do órgão ambiental, que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados.

**117.** A omissão ou mora administrativa imotivada e desproporcional na manifestação definitiva sobre os pedidos de renovação de licenças ambientais instaura a competência supletiva dos demais entes federados nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental.

Quem, de qualquer forma, concorre para a prática de crimes ambientais, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Sobre responsabilidade ambiental, julgue os itens 118 e 119.

**118.** Nos crimes ambientais, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a dois anos.

**119.** A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ambientais, decorrente de omissão no dever de fiscalizar, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

**120.** Julgue o item a seguir sobre espaços territoriais especialmente protegidos.

Por serem categorias de unidades de conservação de proteção integral, as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas e os Refúgios de Vida Silvestre devem ter as áreas particulares incluídas em seus limites desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

## Discursiva

Após amplos debates, o Presidente da República, há poucos meses, assinou tratado internacional que limitava as hipóteses de prisão preventiva, decretada, como se sabe, antes que se tenha certeza a respeito da autoria do crime, e estabelecia diretrizes para o sistema prisional.

Alguns desses comandos colidiam com normas extraídas do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, ampliando o alcance da proteção ali prevista, de modo a trazer grande benefício aos usuários dos serviços judiciários. O tratado foi aprovado, em dois turnos de votação, pela unanimidade dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional, sendo promulgado na ordem jurídica interna.

A aplicação de um dos comandos do tratado foi invocada em processo que se encontrava perante uma Turma do Tribunal Regional Federal competente, que demonstraria a ilicitude de ato que contara com o concurso de oficial de justiça no exercício da função. Na ocasião, a União, que figurava no polo passivo, arguiu a inconstitucionalidade do referido comando. A turma, ao se pronunciar, decidiu simplesmente não aplicar o comando do tratado ao caso concreto, entendendo que os efeitos decorrentes de sua aplicação não seriam razoáveis.

À luz das informações fornecidas e dos aspectos jurídicos relevantes, responda os seguintes pontos:

- a) Qual a natureza jurídica do tratado?
- b) O comando do referido tratado internacional, em razão de sua natureza jurídica, poderia ser objeto de controle difuso de constitucionalidade pelos tribunais?
- c) A Turma do Tribunal Regional Federal agiu corretamente? Justifique.

Resposta em até 30 linhas.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---